

Teste Seletivo - Edital n° 01/2005

Prova Objetiva – 02/10/2005

Despachante de Trânsito

INSTRUÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Confira seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
3. A interpretação das 60 (sessenta) questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de Prova.
4. Nesta prova, as questões são de *múltipla escolha*, com cinco alternativas cada uma, sempre na seqüência *a, b, c, d, e*, das quais somente uma é correta.
5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Aplicador de Prova.
6. Transcreva para o cartão-resposta a opção que julgar correta em cada questão, preenchendo o círculo correspondente com caneta de tinta preta. Não ultrapasse o limite do espaço destinado para cada marcação.
7. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão resultará na perda da questão pelo candidato.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não), inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a exclusão do candidato deste concurso.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde autorização para devolver o caderno de provas e o cartão-resposta, devidamente assinados.
10. O tempo para o preenchimento do cartão-resposta está contido na duração desta prova.
11. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Português

Matemática

Noções de Direito

Legislação de Trânsito

Legislação de IPVA

Legislação de Despachantes

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS

01 -	07 -	13 -	19 -	25 -	31 -	37 -	43 -	49 -	55 -
02 -	08 -	14 -	20 -	26 -	32 -	38 -	44 -	50 -	56 -
03 -	09 -	15 -	21 -	27 -	33 -	39 -	45 -	51 -	57 -
04 -	10 -	16 -	22 -	28 -	34 -	40 -	46 -	52 -	58 -
05 -	11 -	17 -	23 -	29 -	35 -	41 -	47 -	53 -	59 -
06 -	12 -	18 -	24 -	30 -	36 -	42 -	48 -	54 -	60 -

Divulgação do gabarito provisório (até 24 horas após a realização da prova), no site www.nc.ufpr.br

PORTUGUÊS

O texto abaixo, extraído do Código Nacional de Trânsito, é referência para as questões 1 a 3.

CAPÍTULO IV

DOS PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

Art. 68. É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

§ 1º. O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

§ 2º. Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 3º. Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização **dele**, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 4º. (VETADO)

§ 5º. Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que não deverão, nessas condições, utilizar o acostamento.

§ 6º. Onde houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para a circulação de pedestres.

(Acessado de www.cmc.pr.gov.br em 26/08/2005.)

01 - Com relação ao texto, é correto afirmar:

- a) Ciclistas e pedestres têm os mesmos direitos em qualquer situação.
- b) Pedestres têm sempre prioridade em relação aos veículos motorizados.
- c) Quando estiver andando na pista de rolamento em vias rurais, o pedestre deve estar em sentido contrário ao dos veículos.
- d) Só as prefeituras são responsáveis pela sinalização de perigo de circulação de pedestres e ciclistas nas vias de rolamento.
- e) Não se pode construir obras de arte em vias de circulação de pedestres.

02 - No § 3º, a que se refere a expressão 'dele' em destaque?

- a) pedestre
- b) rolamento
- c) trecho urbano
- d) veículo
- e) acostamento

03 - Que alternativa reescreve o *caput* do art. 68 sem modificar-lhe o sentido?

- a) É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, mas a autoridade é suficientemente competente para permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, mesmo impedindo o fluxo de pedestres.
- b) É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação. No entanto, a autoridade competente pode permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, se a situação não for prejudicial ao fluxo de pedestres.
- c) A autoridade competente deve permitir a utilização de parte da calçada para outros fins e assegurar ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, limitando o fluxo de pedestres.
- d) A utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação é assegurada ao pedestre somente quando a utilização de parte da calçada for para outros fins.
- e) As autoridades competentes devem permitir a utilização de parte da calçada, não assegurando ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, sem que isso seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

O texto abaixo é referência para as questões 4 e 5.

CONTRAPONTO

O secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Dario Rais Lopes, tem o hábito de comparecer a eventos de sua agenda dirigindo o próprio veículo.

Muitas vezes, quando o compromisso ocorre distante da capital, ele, engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, pilota o avião que o transporta.

Recentemente, ele chegou, ao volante de um carro, à inauguração de uma obra nas proximidades da grande São Paulo.

Junto de Rais Lopes estavam assessores, acomodados

a seu lado e no banco de trás.

Quando o veículo foi parado na entrada do evento, um segurança perguntou:

- Identificação, por favor.

- Secretário de Transportes do Estado -, respondeu com firmeza Rais Lopes.

O segurança não perdoou:

- O senhor tem uma missão importante, que é conduzir uma autoridade. Vá com atenção!

(Jornal Folha de S. Paulo, 19/08/2005.)

04 - Em relação ao segurança do evento de inauguração, é correto afirmar:

- Não teve bons modos ao tratar com o secretário.
- Não reconheceu o seu chefe imediato.
- Ficou ofendido com a brincadeira provocada pelo secretário.
- Confundiu o secretário com o motorista.
- Dirigiu-se ao motorista como se ele fosse o secretário.

05 - Que alternativa NÃO reescreve a sentença de acordo com a língua padrão escrita, ao ser substituída a palavra sublinhada pela palavra entre parênteses?

- O secretário tem o hábito de comparecer a eventos de sua agenda dirigindo o próprio veículo. (secretários)
Os secretários têm o hábito de comparecer a eventos de sua agenda dirigindo os próprios veículos.
- Muitas vezes, ele, engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, pilota o avião que o transporta. (eles)
Muitas vezes, eles, engenheiros aeronáuticos formados pelo ITA, pilotam os aviões que o transportam.
- Recentemente, ele chegou, ao volante de um carro, à inauguração de uma obra nas proximidades da grande São Paulo. (instalações)
Recentemente, ele chegou, ao volante de um carro, às instalações de obras nas proximidades da grande São Paulo.
- Junto de Rais Lopes estavam assessores, acomodados a seu lado. (um assessor)
Junto de Rais Lopes estava um assessor, acomodado a seu lado.
- Quando o veículo foi parado na entrada do evento, um segurança se aproximou. (os veículos)
Quando os veículos foram parados na entrada do evento, um segurança se aproximou.

O texto abaixo é referência para as questões 6 a 8.

DEPOIS DE 40 ANOS, OS DIPLOMAS

Na tarde do sábado, 25 de junho, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP), diplomou os seis alunos que foram expulsos por razões políticas durante a ditadura às vésperas de se formarem. Há quarenta anos, em 1965, Antônio de Oliveira Farias, Ezequiel Pinto Dias, Luiz Maria Guimarães Esmanhoto e Mário Tokoro foram desligados sumariamente do ITA. Dez anos depois, em 1975, Osvaldo Vidal Trevisan e Sérgio Salazar, também em vias de se formar, teriam o mesmo destino.

A anistia geral e irrestrita tardou, mas alcançou o comando do ITA. Quatro décadas depois das arbitrariedades, os diplomas foram entregues em uma cerimônia assistida por 700 pessoas: familiares, alunos, ex-

alunos e professores, além da reitoria do instituto, autoridades da aeronáutica, integrantes da Comissão de Anistia.

Depois de uma emocionada cerimônia, com lágrimas guardadas há décadas, houve coquetel e jantar de confraternização até a madrugada.

O tenente-brigadeiro Sérgio Pedro Bambini, diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento e sabido opositor das reparações em curso, compunha a mesa. Atravessou a cerimônia em "constrangimento sereno", como se disse entre os presentes. Não ficou nem para o coquetel. Mas demonstrou espírito esportivo. No vôo de volta a Brasília (bem como na ida), deu "carona" a integrantes da Comissão de Anistia.

(Revista CartaCapital, 06/07/2005.)

06 - A respeito do texto, considere as seguintes afirmativas:

- Quatro dos seis alunos diplomados foram expulsos do ITA 40 anos atrás.
- Em 1975, o ITA reparou os erros do passado e diplomou dois alunos expulsos.
- Os quatro alunos expulsos e agora diplomados têm 40 anos.
- 30 anos atrás, o ITA expulsou dois alunos por razões políticas.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

07 - Sobre o tenente-brigadeiro Sérgio Pedro Bambini, é correto afirmar:

- a) Colaborou com a expulsão de alunos do ITA por motivos políticos.
- b) Participou da cerimônia de entrega dos diplomas e foi embora.
- c) Era contra a expulsão dos alunos, mas foi à cerimônia.
- d) Aceitou contrariado compartilhar do mesmo voo dos integrantes da Comissão de Anistia.
- e) Compôs a mesa mas saiu antes do fim da cerimônia de diplomação sem mostrar simpatia.

08 - Que alternativa reescreve a frase abaixo de modo a torná-la coerente em relação ao texto?

A Comissão de Anistia foi criada se uma iniciativa de ex-alunos solicitar formalmente a reparação dos excessos da ditadura.

- a) A Comissão de Anistia foi criada para uma iniciativa de ex-alunos, a fim de solicitar formalmente a reparação dos excessos da ditadura.
- b) A Comissão de Anistia foi criada quando uma iniciativa de ex-alunos não solicitar formalmente a reparação dos excessos da ditadura.
- c) A Comissão de Anistia foi criada logo que uma iniciativa de ex-alunos devesse solicitar formalmente a reparação dos excessos da ditadura.
- d) A Comissão de Anistia foi criada por uma iniciativa de ex-alunos, para solicitar formalmente a reparação dos excessos da ditadura.
- e) A Comissão de Anistia foi criada, mas uma iniciativa de ex-alunos logo solicitou formalmente a reparação dos excessos da ditadura.

O texto abaixo, extraído da sessão de cartas dos leitores do jornal *Gazeta do Povo*, de 19/08/2005, é referência para as questões 9 e 10.

LIÇÃO DE CASA

A economia brasileira nunca teve um momento tão favorável como agora. Ao que tudo indica, o bom momento da economia é fruto exclusivamente da coragem e do arrojo dos heróicos empresários brasileiros que, há pelo menos uns dez anos, vêm fazendo sua lição de casa independentemente da ajuda dos governos neste período. Principalmente o setor exportador, que tem carregado a economia brasileira nas costas. Como a rigor não temos conhecimento de qualquer ação governista nesses últimos anos que possa justificar que o Brasil está dando certo, é bom ficarmos “vacinados”. Pelo momento e por estarem ávidos de boas notícias, não será surpresa se logo o bom desempenho da nossa economia começar a aparecer nos discursos presidenciais como resultado da sua pujante e dinâmica gestão.

09 - Marque a alternativa que sintetiza a opinião do leitor sobre a economia brasileira.

- a) O crescimento da economia se deve exclusivamente ao setor exportador.
- b) O momento favorável da economia depende das ações do governo.
- c) A economia brasileira vai bem por causa dos empresários.
- d) Sabemos muito pouco sobre as ações do governo.
- e) O setor exportador é o único aliado do governo na batalha pela boa economia.

10 - Segundo o autor do texto, contra o que devemos estar “vacinados”?

- a) A referência constante às ações do setor exportador nos discursos presidenciais.
- b) A ansiedade constante do povo brasileiro por boas notícias nos discursos presidenciais.
- c) O descrédito do povo brasileiro em relação às medidas econômicas recentemente tomadas pelo governo.
- d) A associação entre o bom momento da economia e ações do governo presente em discursos presidenciais.
- e) A relação entre o setor exportador e o setor público explorada nos discursos presidenciais.

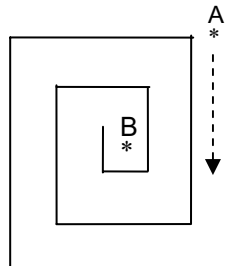
MATEMÁTICA

11 - Em certa localidade há um santuário no alto de um morro. Para chegar lá, os visitantes sobem uma escada que vai da base ao topo do morro e que tem 513 degraus, cada um com 20,5 cm de altura. Com base nessas informações, pode-se concluir que a altura desse morro é de:

- a) 105165 cm.
- b) 105165 dm.
- c) 1051,65 cm.
- d) 10,5165 m.
- e) 0,105165 km.

12 - Num jardim em forma de quadrado, com 10 metros de lado, foi construída uma trilha imitando um labirinto, com faixa de dois metros de largura. Se uma pessoa se deslocar ao longo dessa trilha, caminhando exatamente no meio da faixa, do ponto A até o ponto B no centro do quadrado, terá percorrido:

- a) 50 m.
- b) 49 m.
- c) 48 m.
- d) 47 m.
- e) 46 m.



13 - O preço normal do ingresso para uma peça de teatro é R\$ 60,00. Cada pessoa que apresenta carteira de estudante paga metade do preço normal. Numa determinada sessão, houve 600 espectadores, um terço dos quais com carteira de estudante. Considerando-se a renda total obtida nessa sessão, se não houvesse diferença de preços, cada espectador teria pago:

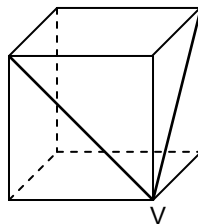
- a) R\$ 42,50.
- b) R\$ 45,00.
- c) R\$ 48,00.
- d) R\$ 50,00.
- e) R\$ 52,50.

14 - Considere a seguinte informação: o orçamento da prefeitura de certa cidade prevê para o ano de 2006, no item receita por cobrança de multas de trânsito, o valor de R\$ 46,8 milhões, que é 28% menor do que a receita estimada para 2005 no mesmo item. Com base nessas informações, a receita estimada nesse item para 2005 foi de:

- a) R\$ 65 milhões.
- b) R\$ 62 milhões.
- c) R\$ 59,904 milhões.
- d) R\$ 58 milhões.
- e) R\$ 56,508 milhões.

15 - No cubo representado abaixo, a medida do ângulo formado por duas diagonais de faces, com extremidades no vértice V, é de:

- a) 30°.
- b) 45°.
- c) 60°.
- d) 75°.
- e) 90°.



16 - As placas de identificação dos veículos no Brasil são compostas por três letras (dentre as vinte e seis) e quatro algarismos (dentre os dez). Considere as seguintes afirmativas a respeito das possibilidades de composição das placas.

1. O total de placas possíveis é maior do que 150 milhões.
2. O total de placas que contêm as letras A, B e C e que têm todos os algarismos distintos é $6 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7$.
3. É possível formar exatamente $26 \times 25 \times 24$ placas que têm a parte numérica igual a 1234.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

17 - Os vendedores de uma empresa visitam seus clientes em roteiros preestabelecidos, que são de três tipos: os de quatro dias, os de seis dias e os de nove dias. Cada vendedor trabalha sempre com o mesmo tipo de roteiro, e o faz sem interrupções, isto é, no dia seguinte àquele em que visita o último cliente de seu roteiro, recomeça as visitas desse roteiro. Reuniões gerais com os vendedores são realizadas cada vez que todos os vendedores terminam seus respectivos roteiros ao mesmo tempo. Se todos os vendedores iniciam o trabalho no mesmo dia, então o período mínimo para a realização das reuniões é de:

- a) 16 dias.
- b) 24 dias.
- c) 36 dias.
- d) 48 dias.
- e) 72 dias.

18 - Um cidadão teve a seguinte idéia para aplicação de multas de trânsito: no caso de infrações leves, o motorista poderia reincidir qualquer número de vezes, mas em cada reincidência pagaria o dobro da multa anterior, sendo o valor da primeira multa igual a R\$ 20,00. Nesse caso, ao pagar a multa referente à décima vez em que cometesse infração leve, o valor total das multas pagas seria:

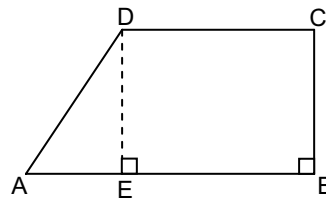
- a) R\$ 10.000,00.
- b) R\$ 10.240,00.
- c) R\$ 10.480,00.
- d) R\$ 20.460,00.
- e) R\$ 20.480,00.

19 - Um recipiente tem o formato interno de um paralelepípedo com altura de 27,5 cm e base retangular de 50 cm por 70 cm. Um líquido que se expande até 10%, dependendo da temperatura, é colocado nesse recipiente. Qual é a altura máxima até onde se pode colocar o líquido de modo que não transborde com a variação da temperatura?

- a) 27,25 cm
- b) 26,5 cm
- c) 26 cm
- d) 25,5 cm
- e) 25 cm

20 - Um trapézio de vértices A, B, C e D foi dividido em duas partes pelo segmento de reta \overline{DE} , conforme a figura abaixo. Sabendo que $EB = 2 \cdot AE$, a razão entre a área do retângulo e a área do triângulo é:

- a) $\frac{5}{1}$
- b) $\frac{4}{1}$
- c) $\frac{3}{1}$
- d) $\frac{5}{2}$
- e) $\frac{3}{2}$



NOÇÕES DE DIREITO

21 - Há diversos diplomas legislativos, atualmente em vigor, que são importantes para o desenvolvimento da atividade de despachante. Com base no assunto, numere a coluna da direita com base nas informações da coluna da esquerda.

- | | |
|--|------------------------------|
| 1. Código Civil | () Lei 9.503/1997 |
| 2. Código Penal | () Lei 10.406/2002 |
| 3. Código de Trânsito | () Lei Estadual 12.327/1998 |
| 4. Legislação sobre atividades de despachantes | () Decreto-Lei 2.848/1940 |

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 4, 3, 2, 1.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 3, 1, 2, 4.
- e) 3, 1, 4, 2.

22 - José da Silva, brasileiro nato, passa a residir em país estrangeiro, cuja lei o obriga a adquirir a nacionalidade local, como condição de permanência no território. Em face do que dispõe a Constituição Federal Brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) José da Silva deve renunciar à nacionalidade brasileira se adquirir a nacionalidade do país em que reside.
- b) Sendo brasileiro, José da Silva está impedido de adquirir nacionalidade de outro país.
- c) José da Silva adquire outra nacionalidade e conserva a nacionalidade brasileira.
- d) José da Silva será considerado apátrida se adquirir nacionalidade de outro país.
- e) José da Silva passa a ser considerado necessariamente estrangeiro quando estiver no Brasil.

23 - O artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal prevê a inviolabilidade de domicílio. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A inviolabilidade de domicílio pode ser suprimida por Emenda à Constituição.
- b) A inviolabilidade de domicílio pode sofrer restrição na vigência do estado de defesa, que permite a busca e apreensão em domicílio sem autorização judicial.
- c) A regra da inviolabilidade de domicílio prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, sem autorização do dono, mediante ordem judicial.
- d) A regra da inviolabilidade de domicílio prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, sem autorização do dono, para prestação de socorro.
- e) A regra da inviolabilidade de domicílio prevê a possibilidade de a polícia, durante o dia, ingressar em domicílio alheio, ainda que sem autorização judicial.

24 - Os artigos 3º e 4º do Código Civil de 2002 prevêem as incapacidades absoluta e relativa, respectivamente. Assinale a alternativa que indica, corretamente, na prática de um negócio, quais são as pessoas relativamente incapazes.

- a) São incapazes, relativamente, apenas os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- b) São incapazes, relativamente, os menores de 16 anos e os pródigos.
- c) São incapazes, relativamente, os menores de 16 anos e os silvícolas.
- d) São incapazes, relativamente, dentre outros, os maiores de 16 e menores de 18 anos e os pródigos.
- e) São incapazes, relativamente, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

25 - De acordo com o Código Civil, havendo diferença entre a intenção e o sentido literal da linguagem, é correto afirmar:

- a) Atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à sua intenção.
- b) Atender-se-á mais à intenção do que ao sentido literal da linguagem.
- c) Não se levará em conta a intenção revelada pelo declarante.
- d) Levar-se-á em conta a intenção da parte quando o contrato houver sido celebrado por instrumento particular.
- e) Levar-se-á em conta apenas a vontade manifestada pelo declarante.

26 - O Código Civil prevê que “toda pessoa é capaz de direitos e obrigações na ordem civil” e que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Com base nessas afirmações, considere as afirmativas a seguir, relativas à personalidade e capacidade jurídicas.

1. Se o recém-nascido morre um segundo após ter nascido, mesmo assim adquiriu personalidade civil.
2. Se o nascituro não nascer com vida, nenhum direito patrimonial terá adquirido.
3. O nascituro tem direito, entre outros, a pensão alimentícia, a que alguém zele pelos seus interesses em caso de incapacidade de seus genitores, a receber herança, a ser contemplado por doação e a ser reconhecido como filho.
4. O nascituro não pode ser considerado incapaz.
5. Um jovem de dezoito anos é considerado absolutamente incapaz.

São verdadeiras as afirmativas:

- a) 1, 2 e 5 somente.
- b) 2, 3 e 4 somente.
- c) 1, 3 e 4 somente.
- d) 1, 2 e 3 somente.
- e) 2, 3 e 5 somente.

27 - Osvaldo falsifica um cheque de Ari, com o intuito de proceder a diversas compras junto ao comércio curitibano. Sobre a falsificação de um cheque, é correto afirmar:

- a) É crime de falsificação de documento público quando o cheque é de banco estatal.
- b) É crime de falsificação de documento público por equiparação.
- c) É crime de falsificação de documento particular.
- d) É crime de falsificação de moeda por equiparação.
- e) Não há crime no caso narrado na questão.

28 - Os artigos 312 a 327 do Código Penal prevêem os crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública. Entre esses crimes, estão:

- a) peculato, concussão e condescendência criminosa.
- b) peculato, concussão e corrupção ativa.
- c) concussão, corrupção ativa e favorecimento real.
- d) abandono de função, advocacia administrativa e desacato.
- e) corrupção ativa, desacato e tráfico de influência.

29 - É sabido que, no âmbito do Direito Penal, é fundamental a cominação de penalidades para os mais diversos crimes previstos no Código Penal. Numere a segunda coluna, relacionando as penas descritas aos crimes, indicados na primeira coluna.

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1. Prevaricação | () Detenção de seis meses a dois anos ou multa. |
| 2. Desobediência | () Reclusão de três a oito anos e multa. |
| 3. Facilitação de contrabando | () Detenção de três meses a um ano e multa. |
| 4. Inutilização de edital ou sinal | () Detenção de um mês a um ano ou multa. |
| 5. Desacato | () Detenção de quinze dias a seis meses e multa. |

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1, 3, 5, 2, 4.
- b) 2, 3, 5, 4, 1.
- c) 1, 2, 3, 4, 5.
- d) 5, 3, 2, 4, 1.
- e) 5, 3, 1, 4, 2.

30 - De acordo com o artigo 327 do Código Penal, o despachante é considerado:

- a) funcionário particular.
- b) funcionário público por exercer cargo, emprego ou função pública.
- c) funcionário público equiparado por exercer função pública, autorizado pelo Poder Executivo Estadual.
- d) funcionário público equiparado por trabalhar em empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- e) funcionário público por trabalhar em empresa prestadora de serviço conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

31 - O Código de Trânsito Brasileiro dispõe, em seu artigo 7º, sobre os componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Assinale a alternativa que NÃO faz parte desse sistema.

- a) Conselho Nacional de Trânsito.
- b) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações.
- c) Polícias Cíveis.
- d) Polícia Rodoviária Federal.
- e) Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.

32 - De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro em vigor, onde NÃO existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

- a) 80 km por hora nas vias urbanas de trânsito rápido.
- b) 50 km por hora nas vias de trânsito arteriais.
- c) 130 km por hora nas vias rurais que são rodovias.
- d) 10 km por hora nas vias urbanas locais.
- e) 110 km por hora para ônibus nas vias rurais que são rodovias.

33 - Relativamente à educação para o trânsito, assinale a alternativa correta.

- a) A educação para o trânsito é direito de todos, mas não constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
- b) Caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional de esclarecimento de condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidentes de trânsito.
- c) A educação para o trânsito será promovida apenas no ensino médio e superior, por meio de ações coordenadas entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação.
- d) Um percentual de trinta por cento do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social, do Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), será repassado mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas destinados a primeiros socorros.
- e) Não é possível haver convênios entre os órgãos e entidades executivas de trânsito e os órgãos de educação para se promover a educação para o trânsito.

34 - O artigo 96 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe sobre a classificação de veículos. Acerca desse tema, relacione a segunda coluna à primeira:

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Classificação quanto à tração. | () Oficial, particular, de aluguel, de aprendizagem. |
| 2. Classificação quanto à espécie. | () Automotor, elétrico, reboque, de tração animal. |
| 3. Classificação quanto à categoria. | () De passageiros, de carga, de competição, de tração. |

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 3, 1 e 2.
- c) 3, 2 e 1.
- d) 1, 3 e 2.
- e) 2, 3 e 1.

35 - O artigo 115 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece a identificação dos veículos de acordo com placas externas dianteira e traseira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

- a) Os caracteres das placas serão individualizados para cada veículo e o acompanharão até a baixa do registro, havendo, após essa baixa, seu reaproveitamento.
- b) Os veículos de representação dos Governadores e Prefeitos não terão placas especiais.
- c) Os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, desde que lhes seja facultado transitar nas vias, não devem receber numeração especial.
- d) As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas pelos veículos de representação pessoal do Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dentre outros.
- e) Os veículos de duas ou três rodas devem ter as placas dianteira e traseira, obrigatoriamente.

36 - Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que NÃO há obrigatoriedade de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo.

- a) Transferência da propriedade.
- b) Mudança do município de domicílio ou residência do proprietário.
- c) Alteração de característica do veículo.
- d) Mudança na categoria.
- e) Mudança de domicílio ou residência do proprietário dentro do mesmo município.

37 - Para a habilitação de condutores, o Código de Trânsito Brasileiro estipula cinco categorias. Sobre tais categorias e sua gradação, assinale a alternativa correta.

- a) Categoria A: condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral.
- b) Categoria B: condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a seis mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a doze lugares, excluído o do motorista.
- c) Categoria C: condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de passageiros, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas.
- d) Categoria D: condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de carga, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.
- e) Categoria E: condutor apenas de veículos enquadrados na categoria *trailer*.

38 - Sobre a Carteira Nacional de Habilitação, assinale a alternativa correta.

- a) Contém apenas o nome e fotografia do condutor, não valendo como carteira de identidade.
- b) É válida a apresentação, à autoridade policial, de fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação.
- c) A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação é possível ainda que não tenha havido a quitação de todos os débitos constantes no prontuário do condutor.
- d) A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental.
- e) O Código de Trânsito Brasileiro em vigor estipulou prazo improrrogável de trinta dias para que as Carteiras Nacionais de Habilitação expedidas na vigência da legislação de trânsito anterior fossem substituídas.

39 - O Código de Trânsito Brasileiro estipula diferentes graus a infrações no âmbito do trânsito. Sobre esse tema, considere as seguintes afirmativas:

1. **Dirigir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir é infração grave.**
2. **Dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica é infração gravíssima.**
3. **Deixar o condutor de usar o cinto de segurança é infração média.**
4. **Usar o veículo para arremessar água sobre os pedestres é infração média.**
5. **Ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível é infração média.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 5 são verdadeiras.

40 - Sobre as penalidades impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A autoridade de trânsito, dependendo da infração cometida, pode aplicar as seguintes penalidades, dentre outras: multa, advertência por escrito, apreensão do veículo e cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- b) As infrações punidas com multa classificam-se em quatro categorias: infração de natureza gravíssima, punida com multa equivalente a 180 UFIR; infração de natureza grave, punida com multa equivalente a 120 UFIR; infração de natureza média, punida com multa equivalente a 80 UFIR; infração de natureza leve, punida com multa equivalente a 50 UFIR.
- c) Às infrações gravíssimas são computados sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação; às infrações graves são computados três pontos na Carteira Nacional de Habilitação; às infrações médias são computados dois pontos na Carteira Nacional de Habilitação.
- d) A penalidade de suspensão do direito de dirigir será aplicada, nos casos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, pelo prazo mínimo de um mês até o máximo de um ano e, no caso de reincidência no período de doze meses, pelo prazo mínimo de seis meses até o máximo de dois anos, segundo critérios estabelecidos pelo CONTRAN.
- e) Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.

LEGISLAÇÃO DE IPVA

41 - Sobre o IPVA, previsto na Lei Estadual 14.260/2003 e na Instrução SEFA 20/2004, assinale a alternativa correta.

- a) O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor e será devido anualmente, sendo considerado veículo automotor qualquer veículo terrestre, dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.
- b) Ocorre o fato gerador do IPVA na data de qualquer aquisição de veículo automotor.
- c) Considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de veículo automotor novo transferido de outra unidade federada, no primeiro dia do ano subsequente.
- d) Para a Lei 14.260 e para a Instrução 20, considera-se consumidor final a pessoa física ou jurídica proprietária de veículo automotor destinado apenas ao uso próprio.
- e) Em relação a veículo automotor registrado, matriculado ou inscrito neste Estado, o imposto incide diferentemente de acordo com o local de domicílio do proprietário.

42 - De acordo com a Lei 14.260/2003 e a Instrução SEFA 20/2004, sobre a responsabilidade pelo pagamento do IPVA, é correto afirmar:

- a) Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, o contribuinte responsável é a pessoa física ou jurídica que está em posse do bem.
- b) O despachante que tenha promovido o despacho de registro e licenciamento do veículo automotor sem o pagamento do IPVA é solidariamente responsável.
- c) Não há solidariedade para o pagamento do IPVA do adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.
- d) Deixa de ser responsável pelo pagamento do IPVA a pessoa que requereu, em seu nome, parcelamento do débito do IPVA, se o carro for vendido.
- e) O tributo pode ser exigido do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte. Em relação à punibilidade por infração tributária, não se estende a responsabilidade do responsável.

43 - Sobre a isenção, não-incidência e imunidade no pagamento do IPVA, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não há incidência do IPVA sobre veículos de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) São isentos do pagamento do IPVA os veículos automotores utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional.
- c) Não há incidência do IPVA, pela Instrução 20, sobre veículos de instituições de educação e assistência social.
- d) Não é motivo de cessação da não-incidência a cessação do motivo ou a condição que lhe der causa.
- e) Isentam-se do pagamento do IPVA os veículos automotores de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

44 - Sobre a forma, local e prazos de pagamento do IPVA, considere as afirmativas abaixo:

1. Na falta da Ficha de Compensação, o pagamento poderá ser feito em qualquer agência do Banco Itaú S/A, diretamente no caixa, pelo Itaú Bankline ou pelo Auto Atendimento.
2. O pagamento do IPVA, em qualquer caso, poderá ser feito por meio da Guia de Recolhimento do Estado do Paraná (GR-PR), devendo-se utilizar uma guia para cada exercício.
3. A falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda de parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de atualização monetária, multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela.
4. Vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral do imposto nos prazos previstos, o saldo pendente não sofrerá acréscimos.

São verdadeiras as afirmativas:

- a) 2 e 4 somente.
- b) 1 e 3 somente.
- c) 1 e 2 somente.
- d) 2 e 3 somente.
- e) 3 e 4 somente.

45 - Sobre bonificação, juros de mora e penalidades relativos ao IPVA, previstos na Instrução SEFA 20/2004, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de até trinta dias da data da ocorrência do fato gerador, na hipótese da primeira aquisição de veículo automotor novo por destinatário final.
- b) O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.
- c) O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 1% (um por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.
- d) Em nenhuma hipótese os juros de mora poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.
- e) Os juros serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

46 - Acerca do processo administrativo fiscal, previsto na Lei Estadual 14.260/2003 e na Instrução SEFA 20/2004, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa far-se-á, no caso de auto de infração, por publicação no Diário Oficial do Estado.
- b) A publicação do edital não pode significar intimação.
- c) Diligência é a defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito passivo, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação.
- d) Após o julgamento em primeira instância, não é possível a interposição de recurso perante o Conselho de Contribuintes.
- e) O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado mediante a emissão de notificação fiscal ou auto de infração.

47 - Sobre a restituição dos valores pagos indevidamente a título de IPVA, de acordo com a Instrução SEFA 20/2004, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A restituição do IPVA, indevidamente pago, far-se-á mediante requerimento do proprietário do veículo automotor, ou de seu representante legal.
- b) O pedido de restituição poderá ser protocolado em qualquer unidade da CRE, devendo ser processado na Agência de Rendas cuja circunscrição compreenda o município em que se encontrava registrado o veículo automotor, na época em que ocorreu o pagamento indevido.
- c) Boletim de Ocorrência expedido pela autoridade policial, na hipótese de se constatar conflito entre a data do evento constante daquele e a constante do sistema de processamento de dados da SEFA/PR, não é documento necessário a instruir requerimento de restituição dos valores devidos.
- d) Atestar a exatidão das alegações do requerente, prestando a devida informação no processo de restituição de valores indevidamente pagos a título de IPVA, é uma das atribuições das Agências de Rendas.
- e) Emitir parecer fundamentado e conclusivo sobre a procedência do pedido de restituição de valores pagos indevidamente em relação ao IPVA é uma das atribuições da Inspeção Regional de Arrecadação.

48 - Acerca da Lei Estadual 14.260/2003, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Secretário da Fazenda não é autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA.
- b) A parcela do produto da arrecadação do IPVA pertencente ao Estado será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela SEFA/PR.
- c) Os créditos tributários relativos ao IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2003, expressos em UFIR ou FCA, inclusive atualização monetária e multa, serão convertidos em reais a partir da mencionada data, observados os índices vigentes nas datas dos respectivos exercícios dos fatos geradores.
- d) Em relação aos veículos usados, o DETRAN/PR poderá enviar aviso ao sujeito passivo informando o valor do imposto devido e a data do vencimento, conjuntamente com o do licenciamento.
- e) A parcela do produto da arrecadação do IPVA pertencente ao município do licenciamento, registro ou matrícula do veículo automotor será creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos.

49 - De acordo com a Lei Estadual 14.558/2004, assinale a alternativa correta.

- a) Não se impõe a obrigatoriedade da inscrição do contribuinte do IPVA no órgão responsável pelo registro de veículo automotor, devendo o referido órgão fornecer à SEFA/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.
- b) É considerada pessoa portadora de deficiência física apenas aquela que apresenta alteração completa de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.
- c) Aeronaves e embarcações são isentadas do pagamento do IPVA.
- d) Para efeito da incidência do IPVA, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre dotado de força motriz própria de qualquer tipo, não podendo ser complementar.
- e) No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão, estelionato ou apropriação indébita, será devido o imposto na razão de um doze avos por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.

50 - Sobre a solicitação de parcelamento, prevista na Instrução SEFA 21/2005, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A solicitação do parcelamento poderá, dentre outros meios, ser efetuada na página <http://www.fazenda.pr.gov.br>.
- b) O Termo de Acordo do Parcelamento é considerado formalizado com o preenchimento e recebimento dos dados cadastrais no Sistema do IPVA e com o recolhimento da primeira parcela.
- c) O Termo de Acordo do Parcelamento não será, em nenhuma hipótese, cancelado.
- d) Se o crédito estiver ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento só poderá ser efetuado em Agência de Rendas.
- e) A suspensão da execução judicial ocorrerá apenas após a formalização do Termo de Acordo do Parcelamento, mediante pedido, apresentação dos comprovantes do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios e oferecimento de bens para garantia ou fiança, a fim de se proceder à liquidação do débito.

LEGISLAÇÃO DE DESPACHANTES

51 - Dentre os requisitos abaixo, um NÃO é necessário para o credenciamento do candidato a despachante. Assinale-o.

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Possuir certificado de conclusão em curso de pós-graduação.
- c) Estar em dia com o serviço militar.
- d) Gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial.
- e) Apresentar fotocópias do cartão de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade.

52 - Para obter credenciamento como despachante, os candidatos classificados para as vagas previstas em edital deverão, em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN/PR:

- a) alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.
- b) inscrição junto a órgão de classe.
- c) certidão negativa de débitos tributários junto à União e Estado do Paraná.
- d) título de eleitor e comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais.
- e) fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

53 - Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termo de responsabilidade, garantido por caução no valor de 650 (seiscentas e cinqüenta) UFIRs, ou outro índice que vier em substituição. O valor da caução poderá ser levantado no seguinte caso:

- a) ajuizamento, contra o titular, de ação judicial criminal.
- b) falecimento do cônjuge do titular.
- c) aposentadoria.
- d) cassação do alvará de licença expedido pela Prefeitura Municipal.
- e) exercício de atividade laboral, pelo titular, como empregado.

54 - Sobre as atribuições do Despachante de Trânsito, considere as afirmativas abaixo:

1. **É atribuição do Despachante de Trânsito identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados.**
2. **É atribuição do Despachante de Trânsito conferir junto a Tabelionatos a autenticidade dos reconhecimentos de firmas apresentados.**
3. **É atribuição do Despachante de Trânsito pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos.**
4. **Não é atribuição do Despachante de Trânsito retirar do DETRAN/PR documentos de seus comitentes, mediante recibo.**
5. **Não é atribuição do Despachante de Trânsito credenciar 01 (um) preposto para atuar como auxiliar em suas atividades.**

Estão corretas as afirmativas:

- a) 2, 3 e 5 somente.
- b) 1, 4 e 5 somente.
- c) 1, 2 e 4 somente.
- d) 1, 2 e 3 somente.
- e) 3, 4 e 5 somente.

55 - Sobre a nomeação e atos de preposto, previstos na Lei Estadual 12.327/98, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O preposto funcionará como auxiliar direto do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo junto ao DETRAN/PR na entrada de processos e retirada de documentos pertinentes ao mesmo.
- b) Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem responsabilidade penal ou transgressão às normas constantes da presente lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste.
- c) A mudança do despachante a quem o preposto serve será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN/PR, expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto com o recolhimento do anterior, para fins de arquivamento.
- d) Cada Despachante de Trânsito credenciado poderá indicar 01 (hum) preposto para o respectivo credenciamento.
- e) Após 30 (trinta) dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN/PR fará o credenciamento de prepostos.

56 - NÃO se considera dever do Despachante de Trânsito:

- a) manter a atividade em caráter permanente, sem interrupção, salvo força maior devidamente autorizada pelo Diretor Geral do DETRAN/PR, em licença não excedente a 120 (cento e vinte) dias.
- b) fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN/PR.
- c) manter, junto aos órgãos de imprensa (jornais, revistas, etc.), publicidade periódica, informando, inclusive, a listagem das pessoas a quem presta serviços.
- d) manter afixada em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN/PR relativa aos serviços de sua competência.
- e) fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do despachante responsável.

57 - NÃO é vedado aos despachantes de trânsito:

- a) realizar propaganda, junto a órgãos de imprensa, de suas atividades enquanto despachante de trânsito.
- b) delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer de suas atribuições definidas na presente lei.
- c) desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, salvo se licenciado.
- d) praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou protelar-lhes o andamento.
- e) exercer a função com credencial vencida ou suspensa.

58 - NÃO é direito dos despachantes:

- a) exercer com liberdade suas prerrogativas.
- b) exercer outra atividade privada desde que sem prejuízo de sua condição de despachante.
- c) ter assegurada a ampla defesa e o contraditório em processo administrativo.
- d) representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos, contra quem quer que lhe embarace ou obste.
- e) aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições.

59 - Sobre as penalidades impostas aos despachantes em relação às condutas praticadas para incidência das respectivas penas, associe a segunda coluna com a primeira.

- | | |
|---------------------------|--|
| 1. Advertência | () Sofrer por mais de uma vez a pena de advertência. |
| 2. Suspensão | () Prática, no exercício da atividade de despachante, de ato considerado como infração penal. |
| 3. Cassação de credencial | () Não representação dos interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques.
() Condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção, igual ou superior a 2 (dois) anos.
() Não encaminhamento e acompanhamento do andamento de processos que lhe forem confiados.
() Não comunicação ao DETRAN/PR, em 24 (vinte e quatro) horas, da dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial. |

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1, 2, 3, 2, 3, 1.
- b) 3, 2, 3, 1, 2, 1.
- c) 2, 1, 1, 3, 2, 3.
- d) 2, 3, 1, 3, 1, 2.
- e) 1, 3, 2, 3, 1, 2.

60 - Sobre as “Disposições Finais” da Lei Estadual 12.327/98, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Despachante de Trânsito não poderá ser transferido de município, ainda que haja permuta com outro despachante.
- b) Os despachantes de trânsito estão sujeitos a inspeção permanente de suas atividades, através do setor competente do DETRAN/PR.
- c) O Despachante de Trânsito que tiver a sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.
- d) Incorrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.
- e) O Poder Executivo deveria ter regulamentado a Lei Estadual 12.327/98, em 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.